


NECAT

Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

TEXTO PARA DISCUSSÃO
007/2013

A inserção da mulher no mercado de trabalho: evidências a partir de Santa Catarina.

Lauro Francisco Mattei
Aline Venturi



A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE SANTA CATARINA

Lauro Mattei¹

Aline Venturi²

Resumo

A inserção da mulher nas atividades econômicas passou a ser uma variável relevante nos estudos sobre o comportamento do mercado de trabalho. Após as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX observou-se uma crescente participação feminina, principalmente nas ocupações formais de trabalho. Essas mudanças estruturais afetaram quantitativa e qualitativamente a participação da mulher no mercado de trabalho. Mas, ao mesmo tempo em que aumentam as oportunidades de trabalho, verifica-se que permanecem distorções entre sexo, como é o caso dos diferenciais de salários. À luz desse movimento geral, esse estudo analisa essas mesmas questões no âmbito do mercado formal de trabalho de Santa Catarina. Para tanto, foram consideradas algumas variáveis centrais de gênero, escolaridade, remuneração e setores econômicos de atividade onde ocorre essa mudança relativa de participação. Os resultados revelaram que o emprego feminino em Santa Catarina já detém cerca de 40% do total das ocupações formais no estado. No entanto, apesar do aumento dos postos de trabalho femininos e do maior nível de escolaridade que as mulheres vêm conquistando, os dados mostram também a existência de menores remunerações, comparativamente aos postos de trabalho masculinos.

Palavras-chave: Trabalho Formal; Gênero; Santa Catarina.

Abstract

The women participation in economics activities becomes relevant in the behavior analysis of labor Market. Since the great transformation in the labor market that happened in the end of Twenty Century we can see an increase in the women participation, mainly in the formal labor market. In spite of this, we can see also many differences between male and female, especially in the wage. The main objective of this paper is to highlight these questions in the Santa Catarina State. For to that we considered the following variables: gender, education, wage and economic sectors that people are working. The main results of the paper shows that women represents more than 40% of the labor force in the Santa Catarina State, but these women are been receiving less salaries than mans, in spite the fact that women are improving their professional skills.

¹ - Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Economia e do doutorado em Administração, ambos da UFSC e pesquisador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura da UFRRJ. E-mail: l.mattei@ufsc.br

² - Economista pela UFSC e mestranda na UFPR. E-mail: alinezeli@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As transformações que atingiram o mundo do trabalho nas últimas décadas se refletiram sobre diversos aspectos da vida do trabalhador. O processo de globalização e de reestruturação produtiva provocou um aumento considerável do desemprego, levando ao surgimento de novas formas de contratação mais flexíveis e inseguras, ao mesmo tempo em que alterou a inserção da mulher num mercado de trabalho em constante modificação.

É nesse cenário instável do mercado de trabalho que se evidenciou um processo gradual e contínuo de inserção da mulher, indicando que ela passou a disputar postos de trabalho e enfrentar desafios dentro da nova dinâmica produtiva. Em função disso, pesquisas de mercado de trabalho mostram o crescimento constante da presença feminina na força de trabalho, especialmente após as últimas décadas do século XX.

Esta inclusão, porém, tem se dado em um cenário de degradação das condições do trabalho formal decorrente, principalmente, das mudanças econômicas e da reestruturação produtiva da década de 1990, e, especificamente no caso brasileiro, em conjunto com um cenário marcado pelo baixo crescimento econômico e pelo elevado índice de desemprego. Além disso, o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho não pode ficar dissociado da necessidade da mulher de contribuir na formação da renda familiar.

Com o objetivo de entender o processo de inserção da mulher, especificamente no mercado formal de trabalho em Santa Catarina, este trabalho procurou apontar algumas transformações recentes no mundo do trabalho, assinalando suas conseqüências sobre o emprego no estado catarinense. A primeira seção descreve as principais transformações e seus efeitos sobre a força de trabalho após as mudanças econômicas do final do século XX, com ênfase no fenômeno da feminilização do trabalho. A segunda seção aponta as principais características do trabalho feminino no Brasil, enquanto a terceira descreve os cenários do emprego formal feminino em Santa Catarina. A quarta seção apresenta as considerações finais do trabalho, realçando essa nova composição do mercado formal de trabalho catarinense e fazendo as articulações com as questões gerais.

1 - BREVES NOTAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

O final do século XX é interpretado como um período de grandes e profundas transformações estruturais da economia mundial. Após o auge do modelo fordista de produção, os países capitalistas enfrentaram uma crise em suas estruturas econômicas que os obrigou a buscar alternativas para sustentar as taxas de produtividade obtidas até então.

A globalização e a reestruturação produtiva oriundas da crise de acumulação do capital provocaram distintos efeitos sobre o mercado de trabalho. O aumento da concorrência gerou uma busca desenfreada pela queda nos custos de produção, a qual foi alcançada através da incorporação de novas tecnologias e inovações organizacionais nas empresas, que levaram a uma reestruturação geral de todo o processo produtivo.

Segundo o DIEESE (1996), o aumento do desemprego mundial está relacionado à forma como os países se inseriram nos moldes da Terceira Revolução Industrial. O modelo de organização da produção, de forma flexível e enxuta, passou a requerer um trabalhador mais polivalente e um trabalho mais intenso. Isto significou diminuição dos postos de trabalho, com aumento do desemprego estrutural, derivado da substituição do trabalhador pela automação industrial.

Para os trabalhadores que conseguiram se manter nas fábricas colocou-se a necessidade de adaptação às novas formas de organização da produção, as quais passaram a exigir um trabalhador multifuncional e mais qualificado. O surgimento de programas de busca de qualidade para aumentar a competitividade das empresas passou a exigir dos trabalhadores maior participação na organização da produção. Para tanto, passou-se a enfatizar programas como os Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), que vinculam os salários às metas de produção. Com isso, ocorreu uma diminuição das hierarquias entre os cargos, além do aumento de trabalhadores terceirizados e de trabalhadores com contratos temporários de trabalho.

O progresso tecnológico atingiu todos os setores da economia, provocando uma reorganização da composição do emprego em todos os países afetados pelos avanços tecnológicos. O setor primário perdeu participação, assim como o contingente de empregados no setor industrial registrou diminuição absoluta em vários países. Os setores de serviços e comércio, apesar da grande participação relativa, ainda continuam incapazes de absorver toda

a mão-de-obra liberada pelos demais setores, sendo epicentro, inclusive, da precarização nos postos de trabalho, bem como da informalidade.

Essas transformações também foram acompanhadas de importantes mudanças no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização, e redução no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, p. 34). As empresas foram adquirindo maior poder de negociação, diminuindo salários, subempregando e, até mesmo, terceirizando os próprios funcionários, como formas de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, suas taxas de lucro.

A flexibilização preconizada pela nova ordem vigente era uma das exigências necessárias para se aumentar a produtividade, além de ser essencial para reverter a crise de acumulação verificada durante a vigência final do regime fordista de produção. Contudo, a automação desenvolvida com a revolução tecnológica reduziu drasticamente o número de trabalhadores e expôs os efeitos do desemprego estrutural na maioria dos países capitalistas. A diversificação das linhas de produção e a subcontratação tornaram-se facilmente adotáveis, dando origem às novas formas de contratação, como trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, subcontratação, terceirização e emprego informal.

Para agravar ainda mais este quadro negativo advindo do processo de flexibilização do trabalho, destaca-se, também, a redução do papel do Estado como regulador dos processos econômicos e sociais. Diante da crise do Estado de Bem-Estar, os governos perderam a capacidade de induzir a geração de empregos através das grandes inversões de capital feitas no período de predomínio do padrão fordista de produção. O foco nas políticas públicas de crescimento e de proteção ao emprego foi substituído pela preocupação constante em dinamizar o processo de globalização e modernização. Assim, no contexto do paradigma neoliberal, reduziram-se os gastos com educação, programas de treinamento subsidiados e, principalmente, introduziram-se novas formas de contratação legais, com alterações drásticas nos marcos legais.

O ataque ideológico à intervenção na economia reduziu a participação do Estado, tanto em termos de políticas sociais como na própria dinâmica capitalista de produção, por meio da desestatização das empresas públicas e da maior participação de novos grupos na tomada de decisões do processo econômico. Assim, para POCHMANN (2001), as privatizações foram responsáveis por eliminar parte dos empregos protegidos, sendo que o

funcionalismo passou a se concentrar em funções que sobreviveram à modernização funcional e administrativa do setor público.

A desregulamentação do mercado de trabalho e o retrocesso por parte do Estado nas políticas públicas voltadas à proteção do emprego só fizeram aumentar a insegurança dos trabalhadores e tornar precárias as relações de trabalho (MATTOSO, 1998). O resultado mais expressivo dos processos de flexibilização na produção foi a expansão das formas de precarização do trabalho.

O setor informal surgiu como alternativa ao desemprego, porém com baixos salários, atividades muito mais precárias e sem qualquer tipo de proteção social. A constatação mundial deste setor da economia surgiu a partir da década de 1970, quando um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sugeriu que a inserção de trabalhadores, por não conseguirem se empregar no setor formal, dinâmico e protegido da economia, se dava apenas nas atividades informais enquanto alternativa para sua própria subsistência. De acordo com RAMOS (2007), estes trabalhadores estariam longe de compor um grupo alienado do setor de produção moderno, uma vez que contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento capitalista dos países periféricos.

Assim, o setor informal seria composto por trabalhadores autônomos, empregados domésticos e pequenos negócios com até cinco empregados, consolidando-se uma estratégia de sobrevivência com baixos níveis de produtividade. Já a informalidade se resumiria a todas as formas de contratação que não cumprem as normas básicas de proteção social e que, segundo DEDECCA (2007), pode estar presente tanto no setor formal como mais intensamente no setor informal.

Diversas outras constatações poderiam ser levantadas a respeito das transformações por que passou o emprego nas últimas décadas do século XX. É neste contexto de alterações estruturais que se insere a participação da mulher no mercado de trabalho. A maior feminilização do processo de trabalho, resultante da grande incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, surgiu como tendência nas últimas décadas e parece se tornar um movimento cada vez mais solidificado.

Segundo TEIXEIRA (2005), este contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Por um lado, o avanço da industrialização, que transformou a estrutura produtiva; a continuidade do processo de urbanização; e a queda das taxas de fecundidade, proporcionaram conjuntamente um aumento das possibilidades das mulheres de encontrar postos de trabalho na sociedade e, por

outro, o movimento feminista do final dos anos de 1960 nos EUA e na Europa proporcionou à mulher um crescimento político na sociedade.

Assim, nota-se que o avanço cultural do século XX promoveu a inserção da mulher no mundo do trabalho, ao mesmo em que, impulsionada por questões de igualdade e reconhecimento, a mulher passou a ocupar mais espaço na população economicamente ativa. Todavia, nos países periféricos esta inserção foi impulsionada também pela contribuição da mulher na renda familiar, além do aumento expressivo de mulheres que passaram a atuar como chefes de família. Mas a análise deste movimento não dissociada do avanço das formas precárias de empregabilidade, as quais acabaram por inferir às mulheres menores salários e maiores exigências quanto à qualificação.

Em síntese, pode-se dizer que, apesar do expressivo crescimento da mulher no mercado de trabalho, ainda não foram superados obstáculos como acesso a cargos de chefia e diferenças salariais, indicando que as mulheres acabam sendo obrigadas a aceitar postos de trabalhos menos nobres para sobreviver com suas famílias, num contexto em que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores do que aquelas verificadas para o universo da população masculina.

2 - A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Segundo o Dieese (2007), o ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado como um processo contínuo, diversificado e praticamente definitivo. Surge como um fato que não altera somente as características do mercado de trabalho, mas também a tradicional composição familiar e domiciliar, pois o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou bastante nas últimas duas décadas.

No entanto, a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro tem sido acompanhada por segregações e discriminações, colocando as mulheres em condições menos favoráveis no campo sócio-profissional. Esta realidade fica evidente a partir dos estudo das relações de trabalho e, especialmente, das formas como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, as quais, por ocorrerem no espaço da produção, permitem maior visibilidade e melhor apreensão das relações de gênero.

HIRATA (2002) deu importante contribuição sobre a questão ao elaborar estudos sobre o comportamento diferenciado da taxa de atividade feminina em quase todos os países industrializados. Assim, enquanto as taxas masculinas estagnaram ou decresceram, as femininas se ampliaram durante os períodos de expansão e continuaram a crescer durante

períodos de crise e de baixo crescimento. Não obstante essa evolução mais favorável às mulheres, ainda permanece um quadro de maiores dificuldades para sua entrada no mercado de trabalho. Estes empecilhos se manifestam de diversas formas, tais como a maior exposição ao risco do desemprego, a segregação ocupacional, a discriminação nos rendimentos, etc.

Paralelamente, o estudo “As Mulheres e o Salário Mínimo nos Mercados de Trabalho Metropolitanos” (IBGE, 2007), mostrou que a População Economicamente Ativa (PEA) feminina somava, em 2006, 8. 878 milhões de pessoas, o que correspondia a 46.7% da PEA das áreas metropolitanas. Entre essas mulheres trabalhadoras, a maior parcela compunha a força de trabalho ocupada, enquanto 19.8% delas permaneciam em situação de desemprego, que em termos absolutos representava 1.754 milhões de mulheres.

Quanto à remuneração, o mesmo estudo revelou que o número de mulheres que receberam remunerações equivalentes a até um salário mínimo somava 2.208 milhões, correspondendo a 31% das ocupadas no mercado de trabalho metropolitano avaliado pelo Sistema PED. Enquanto que em Porto Alegre apenas 20.9% das ocupadas alcançavam ganhos que se limitavam ao salário mínimo, na Região Metropolitana de Recife esta era a situação de mais da metade das mulheres (53.9%). Assim, embora as proporções regionais sejam diferentes, quase um terço das mulheres que trabalhavam nas economias urbanas pesquisadas o fazia por remunerações diminutas.

Ainda de acordo com o IBGE (2007), o rendimento médio do trabalho das mulheres nas áreas metropolitanas, estimado em R\$ 927,09, continuava sendo inferior ao dos homens, que se situava na faixa de R\$ 1.314,43. No ano de 2007, por exemplo, comparando-se a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganhavam em torno de 70% do rendimento recebido pelos homens.

Do ponto de vista do quesito escolaridade, nota-se que o mesmo tem se mostrado importante indicador para a inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive permitido um melhor posicionamento do contingente feminino no mundo do trabalho: quanto mais elevado o nível de escolaridade, menores tendem a ser os diferenciais de renda entre homens e mulheres. No entanto, mesmo com ensino superior completo (aumento da formação profissional), as mulheres não atingem, necessariamente, os mesmos ganhos dos homens na mesma condição de empregabilidade.

Na divisão social e sexual do trabalho, homens e mulheres não exercem os mesmos tipos de trabalho e, da mesma forma, não se distribuem uniformemente entre os setores de atividade econômica. Assim, as mulheres se concentram mais no setor serviços e nos

serviços domésticos — tradicionalmente mais heterogêneos e menos estruturados, especialmente quando confrontados com a indústria — e em ocupações que se aproximam do papel culturalmente atribuído a elas, relacionado com a esfera da reprodução.

Às ocupações desempenhadas pelas mulheres é atribuído menor *status* e, conseqüentemente, menor valor, o que se traduz rendimentos inferiores aos trabalhadores do sexo masculino. Paralelamente a isso, se observam, também, modalidades contratuais flexibilizadas ou menos formalizadas, aumentando a proporção de mulheres em condições ocupacionais precárias.

Outro fator de influência nos baixos rendimentos da mulher é o emprego em tempo parcial. A maioria dos postos de trabalho em tempo parcial é ocupada por mulheres, seja pela impossibilidade de estas exercerem emprego de tempo integral em função da dupla jornada de trabalho, seja pela discriminação pura e simples.

Entre os diferentes aspectos que são observados no trabalho da mulher, em comparação com o trabalho do homem, destaca-se a dupla jornada. Ela resulta do acúmulo das responsabilidades advindas do emprego com a “obrigação” de, ao chegar em casa, cuidar dos afazeres domésticos, como limpeza da casa, alimentação da família, atenção e cuidados aos filhos (acompanhamento dos estudos e das condições de saúde, etc.).

Estudo do IBGE realizado em 2005, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), mostra que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não reduziu a jornada delas com os afazeres domésticos. Para a faixa de idade de 25 a 49 anos, na qual a inserção das mulheres nas atividades remuneradas é maior e que coincide com a presença de filhos menores, a realização de afazeres domésticos ocupa 94% das mulheres economicamente ativas.

No país, ainda de acordo com o IBGE (2005), 109.2 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam realizar tarefas domésticas. Deste conjunto, 71.5 milhões (65,4%) são mulheres e 37.7 milhões (34,6%) são homens. Especificamente em relação à população masculina, quem mais realiza tarefas em casa são os mais escolarizados (54%).

O casamento interfere no número de horas dedicadas à execução de serviços domésticos durante a semana. As mulheres que são casadas e com filhos menores de 14 anos têm a média maior: 29 horas semanais. Já entre as mulheres não-casadas este quesito se situa ao redor de 22 horas semanais.

Apesar de a jornada das mulheres no mercado de trabalho, em média, ser menor, quando considerada a atividade exercida pela mulher na manutenção da casa e da família, sua

carga de trabalho semanal total supera a dos homens em aproximadamente cinco horas semanais.

Além desses fatores, outro resultado da reestruturação produtiva foi a deterioração da renda familiar e a conseqüente necessidade de incorporação dos diferentes membros da família no mercado de trabalho. A nova situação do mercado de trabalho resultou em maior partilha de responsabilidades pela manutenção do grupo doméstico pelos componentes da família.

Tornou-se crescente a importância da participação da renda obtida pelo trabalho da mulher-cônjuge, o que evidencia a impossibilidade concreta de manutenção da família tradicionalmente estruturada com base no “chefe provedor”, tendência que já vinha se manifestando desde a década de 1980. Além disso, muitas vezes as mulheres que ocupam a chefia de família têm de lidar com a ausência do companheiro, não podendo contar com qualquer tipo de ajuda de outros membros, como pais ou irmãos (DIEESE, 2007).

Mesmo com as especificidades e particularidades de condições encontradas pelas mulheres em diferentes regiões do país, é neste contexto geral que se insere a realidade das mulheres catarinenses. Considerando-se que os diversos pólos industriais catarinenses também implementaram mudanças no processo produtivo à luz da reestruturação que permeou a estrutura produtiva nacional nas duas últimas décadas do século XX, é de se esperar que grande parte dessas alterações também tenham causado efeitos sobre o mercado de trabalho catarinense, bem como sobre as formas de inserção da mão-de-obra feminina nesse mercado de trabalho regional.

3. SANTA CATARINA: ECONOMIA, ESTRUTURA OCUPACIONAL E MERCADO DE TRABALHO.

Ao longo das últimas décadas a economia catarinense teve seu desempenho fortemente atrelado ao desenvolvimento da economia brasileira, que sofreu influências dos planos de estabilização econômica e da abertura comercial iniciada em 1990. Estas transformações deram início ao processo de reestruturação produtiva das empresas, as quais foram atingidas pela necessidade de aumento da competição externa. As mudanças estruturais na economia catarinense aconteceram dentro deste cenário geral marcado pela redução das atividades produtivas estatais e pela reestruturação do parque industrial, que se encontra distribuído por todo o estado e em diferentes setores de atividades econômicas.

De um modo geral, pode-se dizer que a atual conformação da estrutura produtiva e ocupacional catarinense é fruto das políticas que ora incentivaram a expansão e diversificação industrial, ora agravaram a situação competitiva dos setores produtivos. Dois movimentos podem ser observados no comportamento do padrão de crescimento adotado pela economia catarinense.

Em um primeiro momento, a estrutura produtiva catarinense passou por um processo de modernização e integração regional a partir dos anos de 1960, que proporcionou um aumento da participação do setor industrial na economia catarinense. Os setores econômicos seguiram a lógica de acumulação capitalista em curso no Brasil, com uma estrutura agrário-exportadora forte e uma indústria caracterizada pela diversidade setorial e homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado.

De acordo com GOULARTI FILHO (2003), a partir da década de 1960, por meio do apoio efetivo do investimento estatal, a indústria catarinense se ampliou e se diversificou em vários setores dinâmicos de produção. Apoiado nos investimentos do Estado e na consolidação do capital privado nacional, que já detinha uma estrutura tradicional nos setores têxteis e alimentícios, o desenvolvimento de uma base produtiva sólida proporcionou um crescimento considerável da economia catarinense. Houve expansão no setor tradicional têxtil e a introdução de setores expressivos, como o metal-mecânico, cerâmico, papel e celulose, plástico, além do fortalecimento dos complexos agroindustriais.

Neste período, o mercado de trabalho catarinense passou também por profundas mudanças, sendo que muitas famílias deixaram o campo em busca de melhores condições de trabalho e renda nas regiões mais desenvolvidas. A indústria de transformação foi se alicerçando em torno dos grandes centros regionais que se formaram em Joinville, Blumenau, Chapecó, Lages e Criciúma, sendo que estes locais passaram a atrair grande parte da população economicamente ativa do estado (LINS e MATTEI, 2001).

Esta trajetória de crescimento que fez com que o estado se destacasse no cenário nacional foi interrompida, entretanto, a partir da década de 1990. As crises enfrentadas pela economia brasileira interferiram na dinâmica produtiva catarinense e a reestruturação industrial que se iniciou globalmente atingiu também as fábricas catarinenses. A abertura comercial e as políticas adotadas a partir do Governo Collor (1990) provocaram fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas a repensar os rumos de suas atividades. O aumento da competitividade externa ocasionou o fechamento de muitas empresas e a redução das atividades em outras, diminuindo assim o número de trabalhadores. Aos que mantiveram

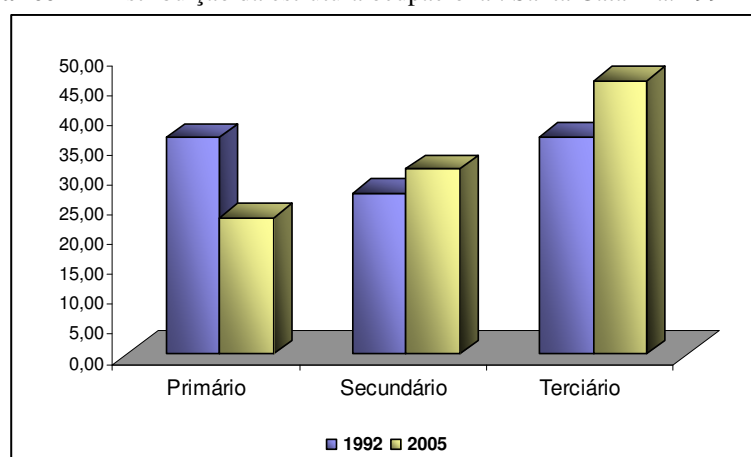
seus empregos foi imposto uma intensificação do trabalho, além do aprofundamento das subcontratações e da expansão do trabalho informal.

LINS & MATTEI (2001) também realçam este processo destacando que a entrada de produtos importados em todas as áreas, amplificada depois pela política cambial do Plano Real, forçou a reestruturação de muitas empresas por uma modernização tecnológica e organizacional. Obtidos os avanços em competitividade e qualidade restou, porém, um enorme contingente de desempregados em diferentes setores de atividade.

A partir de então o mercado de trabalho em Santa Catarina passou a assumir os mesmos problemas de exclusão e desemprego como aqueles verificados no restante do país (DIEESE, 1996). O comportamento do emprego passou a ser condicionado pelas iniciativas governamentais e empresariais que incentivaram as terceirizações, as novas técnicas de gestão, e a reestruturação tecnológica do processo produtivo. Houve, como no restante do país, aumento das ocupações informais, desprotegidas e precarizadas, além de um aumento substancial das ocupações no setor terciário.

O Gráfico 1 apresenta a estrutura ocupacional em Santa Catarina entre os anos de 1992 e 2005, revelando que a maior parte dos trabalhadores já se concentra nas ocupações terciárias, incluídas aí os setores do comércio, de prestação de serviços e da administração pública. O setor primário perdeu ainda mais participação nos últimos anos, enquanto o setor industrial permanece com cerca de 30% da população ocupada.

Gráfico 1 - Distribuição da estrutura ocupacional. Santa Catarina. 1992-2005.



Fonte: IBGE/PNAD, elaboração dos autores.

Quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho no estado, a Tabela 1 mostra que a ocupação cresceu bem menos do que a população economicamente ativa, apesar da taxa de ocupação se manter elevada no estado, em torno de 95.4%. Tal tabela apresenta a

PEA catarinense desagregada por condição de ocupação e gênero, sendo os valores relativos à semana de referência. Os desocupados são os que procuraram trabalho nos últimos sete dias anteriores à pesquisa.

A PEA ocupada apresenta crescimento de 2.4% ao ano no período, enquanto a PEA total cresce 2.5% ao ano. Os desempregados apresentaram crescimento de 3.9% ao ano, o que elevou a taxa de desocupação de 3.8%, em 1992, para 4,5%, em 2005. O desemprego atingiu mais intensamente a população economicamente ativa feminina, que apesar do aumento na participação relativa (passa de 39% em 1992 para 45% em 2005) alcançou uma variação média anual de 6.2% em sua taxa de desocupação.

Assim, apesar de apresentar taxas de desemprego em geral menores do que a média nacional, o estado catarinense conviveu nas últimas décadas com um aumento substancial do contingente de desocupados, que se expressaram, sobretudo, na população feminina. Este movimento encontra consonância no quadro geral, uma que, segundo análises da OIT, o desemprego tem atingido mais fortemente as mulheres em todo o mundo.

Tabela 1 - População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência segundo a condição de ocupação e gênero. Santa Catarina, 1992 e 2005.

Condição de atividade e de ocupação	1992	2005	1992/2005 % a.a
Economicamente ativas	2.407.458	3.319.287	2,5
Ocupadas	2.315.516	3.168.780	2,44
Taxa de ocupação (%)	96,18	95,47	-
Desocupadas	91.942	150.507	3,86
Taxa de desocupação (%)	3,82	4,53	-
Homens	1.447.758	1.835.344	1,84
Ocupados	1.400.085	1.781.459	1,87
Desocupados	47.673	53.885	0,95
Mulheres	959.700	1.483.943	3,41
Ocupadas	915.431	1.387.321	3,25
Desocupadas	44.269	96.622	6,19
Não economicamente ativas	1.239.473	1.654.391	2,25

Fonte: PNAD.

De acordo com LINS & MATTEI (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada. Este tipo de ocupação

apresentou nos últimos anos uma evolução crescente, de modo que os setores mais dinâmicos do estado, em especial a indústria de transformação, foram responsáveis pelas maiores variações no total do emprego. Dessa forma, as decisões empresariais de reestruturação e modernização do setor produtivo a partir do início da década de 1990 provocaram distintos efeitos na determinação do emprego formal, sobretudo da ocupação feminina.

A Tabela 2 apresenta os dados comparados entre a população economicamente ativa e os postos formais de trabalho em Santa Catarina. Observando os dados agregados dos anos em questão, verifica-se uma mudança no movimento da última década, com uma gradual elevação do emprego formal nos últimos anos. O crescimento do emprego formal foi superior ao crescimento da população economicamente ativa, expandindo-se a uma taxa média anual de 4.3%.

Houve um aumento de 665.487 postos formais de trabalho entre 1992 e 2005, contudo, devido à recessão dos anos anteriores, este incremento, que também pode ser creditado ao maior número de estabelecimentos que declararam a RAIS no período, não foi o bastante para incorporar toda a PEA no mercado de trabalho regulamentado. Ainda, de acordo com a referida tabela, 246.342 pessoas não conseguiram ingressar no mercado de trabalho formal em 2005, sendo obrigadas a procurar novas formas de empregabilidade.

Tabela 2 - População economicamente ativa e Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina, nos anos de 1992 e 2005

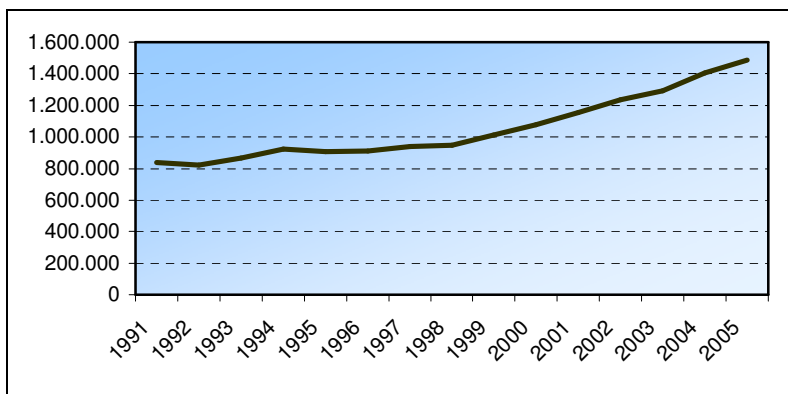
	1992	2005	var. absoluta
PEA	2.407.458	3.319.287	911.829
PFT	821.482	1.486.969	665.487
PEA - PFT	1.585.976	1.832.318	246.342
PFT/PEA	34,12%	44,79%	

Fonte: RAIS e PNAD.

Um olhar sobre o comportamento geral do mercado formal de trabalho em Santa Catarina revela que até o final da década de 1990 os postos formais de trabalho no estado mantiveram-se estáveis e com um baixo crescimento. Em 1995 houve uma queda do número absoluto de ocupações formais, como reflexo das políticas de estabilização adotadas no início da década, de forma que se perderam empregos estáveis no período. A partir de 1999, porém, se dá uma inversão no processo e as ocupações formais começam a recuperar o crescimento (Gráfico 2). Entre 1991 e 2005 os postos formais de trabalho (PFT) cresceram a uma taxa

média anual de 4.1% a.a., enquanto que entre 1999 e 2005 o crescimento médio anual de 6.4%.

Gráfico 2 - Total de vínculos formais de trabalho. SC. 1991-2005.



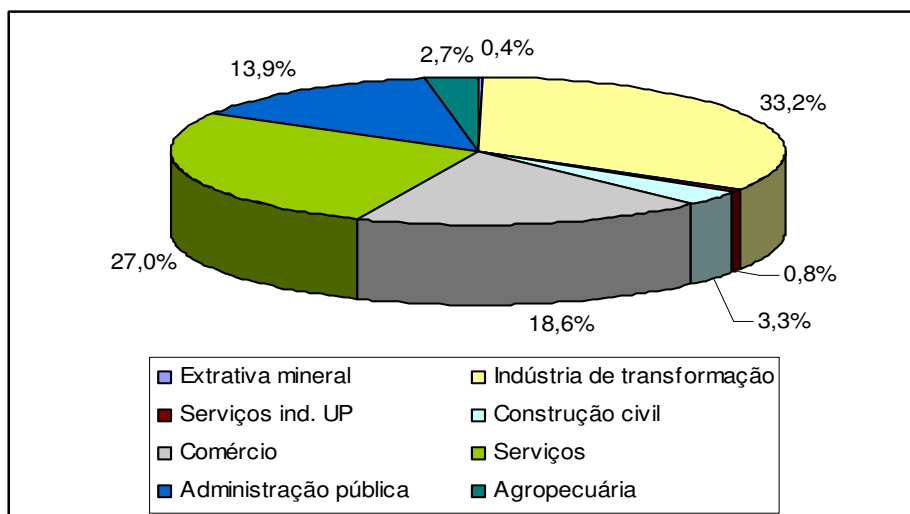
Fonte: RAIS/MTE.

Diante do baixo crescimento do PIB do país nos últimos anos, a elevação do emprego formal aparece como um fato relevante. A desvalorização da moeda ocorrida em 1999 e a intensificação do comércio mundial dinamizaram as exportações brasileiras, fatos que podem ter contribuído para este aumento dos postos formais. Outra causa desta elevação foi, segundo Baltar (2006), a maior fiscalização promovida pelo Estado (leia-se Ministério do Trabalho e do Emprego) com relação às leis trabalhistas, através do combate direto às fraudes e de incentivos à formalização das relações de trabalho.

O Gráfico 3 mostra a participação relativa dos empregos formais em Santa Catarina de acordo com as atividades econômicas. O desempenho do emprego formal, segundo o setor econômico, revela como os setores produtivos responderam às transformações econômicas ocorridas a partir de 1990.

A análise da distribuição setorial indica que a indústria de transformação ainda absorve a maior parcela dos trabalhadores formalizados, mostrando ser uma estrutura mais organizada e de maior força econômica no estado. Os serviços já aparecem com 27% de participação, sendo um setor em expansão em todas as regiões do estado. Em seguida destacam-se os setores de comércio, que se expande conforme aumento da atividade produtiva, e a administração pública que absorve cerca de 14% do total dos empregos formais no estado.

Gráfico 3 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo setores de atividade em Santa Catarina, 2006.



Fonte: RAIS/MTE

4 – A CONDIÇÃO DA MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A análise das transformações gerais no mercado de trabalho brasileiro permitiu uma visão global das condições do emprego em Santa Catarina, destacando-se a evolução crescente do número absoluto de postos de trabalho conquistados pelas mulheres. Além de representarem 49% da população catarinense, as mulheres também possuem grande representatividade no mercado formal de trabalho, não estando somente ligadas às atividades domésticas e informais.

Como observado na análise dos setores econômicos, a intensa terceirização da economia brasileira na década de 1990 favoreceu a inserção das mulheres no mundo do trabalho, porque é justamente no setor de prestação de serviços que há um claro predomínio das mulheres (MELO, 2005).

Tabela 4 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho, segundo o gênero no período de 1991 a 2006. Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 3,68% ao ano, os postos femininos alcançaram uma variação média anual de 5,44%. Esse dado revela a tendência de maior feminilização do trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos.

Tabela 4 - Distribuição dos PFT segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2006.

	Masculino	%	Feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766

1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
2004	840.104	59,74	566.143	40,26	1.406.247
2005	879.828	59,17	607.141	40,83	1.486.969
2006	932.252	58,32	666.202	41,68	1.598.45
Taxa cresc. a.a		3,68		5,44	

Fonte: RAIS/ TEM

A participação feminina no mercado formal de trabalho catarinense passou de 35,17%, em 1991, para 41,68%, em 2006. No mesmo período, nota-se que a participação masculina caiu de 64,83% para 58,32%. Essa mudança na composição na estrutura do emprego formal é derivada de condicionantes econômicos que levaram à mulher a buscar maior participação na renda familiar, além da própria geração de empregos estar mais condicionada a esta oferta, o que fez aumentar os postos formais em setores que empregam mais mulheres, como é o caso do setor de serviços domésticos. No entanto, não se deve descartar a hipótese de que a contratação de mais mulheres também teria sido condicionada pelos menores salários impostos às mesmas, como condição de reduzir os custos produtivos.

A indústria de transformação ainda é o setor responsável pela maior parte dos postos formais de trabalho masculinos. Assim, em 1991, esta categoria geracional ocupava 39,25% dos postos formais, caindo para 35,8% em 2005, conforme Tabela 5.

O setor de serviços também aparece com expressiva participação do sexo masculino, que tem participação relativa de 25,07% em 1991 e passa a 24,63% em 2005. Ocorre uma redistribuição dos postos formais para os outros setores econômicos. Os homens têm sua participação acrescida principalmente no comércio, construção civil e agropecuária em detrimento de queda de participação nos outros setores. Quanto aos setores que detêm maior participação masculina no total dos empregados, em 2005 podemos destacar a extrativa mineral (94% homens), a construção civil (93,2%), agropecuária (76,2%) e a indústria de transformação (64%).

Tabela 5 - Distribuição da taxa de participação e do total dos PFT segundo gênero e setores de atividade econômica em Santa Catarina em 1991 e 2005.

	Absoluto	%	Absoluto	%
Masculino	1991		2005	
Extrativa mineral	7.018	1,37	6.355	0,72
Indústria de transformação	200.970	39,25	315.329	35,84
Serviços ind. de ut. pub.	11.751	2,29	12.129	1,38
Construção civil	19.489	3,81	46.546	5,29
Comércio	63.881	12,47	164.524	18,70
Serviços	128.371	25,07	216.726	24,63
Administração pública	68.175	13,31	84.267	9,58
Agropecuária	12.431	2,43	33.952	3,86
Total	542.468	100	879.828	100
Feminino	1991		2005	
Extrativa mineral	190	0,07	418	0,07
Indústria de transformação	94.150	34,01	177.965	29,31
Serviços ind. de ut. pub.	1.957	0,71	2.306	0,38
Construção civil	1.317	0,48	3.361	0,55
Comércio	37.260	13,46	119.347	19,66
Serviços	76.975	27,81	181.160	29,84
Administração pública	62.353	22,52	112.025	18,45
Agropecuária	2.615	0,94	10.559	1,74
Total	294.298	100	607.141	100

Fonte: RAIS/MTE

Quanto ao gênero feminino, as maiores taxas de participação ficam para os setores da indústria de transformação, serviços, administração pública e comércio. Sua participação em relação ao total só é maior no setor de administração pública, que tem em 2005, 57% de participação relativa das mulheres. No comércio e serviços as mulheres representam um pouco menos da metade dos trabalhadores do setor, com participação relativa em torno de 45%. Todavia, deve-se ressaltar que é no setor de prestação de serviços que se inserem as ocupações de serviço doméstico remunerado, onde há o predomínio da atividade feminina.

A taxa de participação feminina na indústria de transformação passa de 34,01% em 1991 para 29,3% em 2005. A administração pública também tem redução de participação, caindo de 22,52%, em 1991, para 18,45%, em 2005. Os setores responsáveis pelo aumento da participação feminina no mercado formal são claramente os setores de serviços e comércio, que juntos passam de uma taxa de participação de 41,27%, em 1991, para 49,5%, em 2005.

Procurando uma maior qualificação das análises sobre o emprego formal no estado Santa Catarina, foram identificadas algumas características peculiares, particularmente em relação aos diferenciais de gênero. As informações descritas a seguir derivam dos

cruzamentos das informações relativas ao ano de 2005 entre os setores de atividade, gênero e escolaridade dos trabalhadores. Este quadro procura identificar em que setores estão localizados os trabalhadores (homens e mulheres) mais qualificados, além dos diferenciais de educação e renda existentes dentro de cada ramo de atividade.

A indústria de transformação, setor que absorve maior quantidade de empregados formalizados no estado, tem maior concentração de ocupações formais do sexo masculino, agrupados na faixa educacional do ensino médio completo. Os homens neste nível de escolaridade ocupam 18,2% do total de empregos neste setor e 28,6% do total de empregos masculinos. Já as mulheres aparecem com maior participação na faixa de ensino fundamental incompleto, com até 8 anos de estudo. Neste grau, elas ocupam 10,1% do total de empregos do setor e 28,2% dos postos de trabalho exclusivamente femininos. As mulheres com ensino médio completo correspondem a apenas 9,75% do total de PFT na indústria. Nos níveis de ensino superior, tanto completo como incompleto, homens e mulheres têm baixa participação relativa, sendo que os primeiros respondiam por 4,53% e as mulheres por 2,37% do total de PFT.

Na construção civil, onde os homens representam a grande maioria dos empregados, ocupando 93,2% do total dos PFT, sendo que a maior parte destes empregados tem o ensino fundamental incompleto, correspondendo a cerca de 40% do total de ocupações deste setor. As poucas mulheres que trabalham neste setor se concentram no ensino médio completo, onde representam 36,7% das ocupações femininas e apenas 2,5% do total de PFT na construção civil. Apesar da baixa participação feminina, elas parecem ocupar cargos mais qualificados, já que 23,3% das mulheres localizavam-se em postos de trabalho com ensino superior (completo e incompleto), enquanto apenas 3,9% dos homens da construção civil alcançaram este nível de escolaridade.

No comércio parece haver maior homogeneidade de ocupações, com os homens e mulheres com ensino médio completo ocupando cerca de 20% cada no total de PFT deste setor. As mulheres apresentam uma qualificação melhor, no sentido que 29% delas têm o ensino fundamental completo, enquanto os homens neste mesmo grau representam 42% do total de PFT masculinos e 24,3% do total do setor.

O setor de serviços apresenta basicamente a mesma distribuição, com homens e mulheres concentrando-se no ensino médio completo. Os homens desta faixa de educação correspondem a 15,4% do total de empregos, e 28,2% das ocupações masculinas. As mulheres com ensino médio completo são também 15% do total e 33% dentro das ocupações

femininas. 25,5% das mulheres têm ensino superior (completo e incompleto), enquanto os homens somam apenas 18,8% nesta faixa de educação.

O setor de administração pública, único com maior participação feminina no estado, tem 25% dos seus PFT ocupados por mulheres com ensino superior completo. Além de ser o setor mais expressivo na participação feminina, constata-se que neste setor estão os níveis mais qualificados de mão-de-obra. Os homens neste grau de escolaridade significam 13,1% do total, e 22,8% deles ocupam cargos com ensino fundamental incompleto, enquanto apenas 11,1% das mulheres estão nesta faixa educacional.

Os serviços industriais de utilidade pública têm uma participação maior de homens com ensino médio completo, que correspondem a 25% do total de ocupações neste setor. A maior parte das mulheres está concentrada no médio e superior completo, ocupando respectivamente 31,1% e 27,6% dos PFT femininos. Os homens com ensino superior completo somam apenas 14% do total de homens no setor, que representam 84% do total.

O setor extrativo mineral também se sobressai com a maior participação masculina, possuindo 39,8% de seus empregados reunidos no ensino fundamental incompleto, sendo que destes apenas 1% são representados por mulheres. A agropecuária tem a mesma distribuição, com os homens ocupando 43,5% dos PFT totais no fundamental incompleto e as mulheres 13,5% no mesmo nível de qualificação.

De um modo geral, nota-se que os setores mais tradicionais, como indústria, comércio e serviços, têm uma distribuição mais homogênea, com homens e mulheres ocupando postos com nível médio de educação. Os setores de administração pública e serviços industriais são os mais exigentes quanto ao nível educacional, destacando-se a administração pública com seu alto percentual de mulheres com formação superior. Já os setores da construção civil, a agropecuária e o ramo extrativo mineral, possuem tradicionalmente mais homens trabalhando e também trabalhadores menos qualificados.

Em relação à formação das mulheres destaca-se que nos setores em que elas têm participação expressiva, como comércio, serviços e administração pública, elas detêm também maior escolaridade. Este dado não indica, contudo, que elas alcançam melhores cargos. No Brasil as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência (PROBST, 2005).

Outra característica relevante na discussão do emprego formal refere-se ao diferencial de remuneração existente nos setores de atividade econômica entre homens e mulheres, fato que demonstra ser mais preocupante do que os diferenciais de qualificação. Pesquisa da

Organização Internacional do Trabalho comprova que os custos de contratação das mulheres não são elevados, como tentam contrapor os empresários ao rebaixar os salários femininos por conta das políticas de proteção à maternidade. As desigualdades existentes tendem a tornar precárias as condições femininas de emprego, fazendo com que mulheres com a mesma qualificação e nos altos cargos cheguem a ganhar 30% a menos do que os homens na mesma função (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2006).

Ao se referir ao aumento da participação feminina e também as altas taxas de desemprego entre as mulheres, GALEAZZI (2001, p. 62) conclui:

Uma vez ocupadas, a desigualdade expressa-se, principalmente, pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior. Às mulheres cabem ocupações de mais baixo *status*, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são, significativamente, mais baixos do que os auferidos pelos homens.

As desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho do país já foram discutidas em seção anterior, momento em que ficou evidente que as mulheres brasileiras ganham em média 70% dos rendimentos dos homens. Resta saber, a partir de agora, se o mercado de trabalho do estado de Santa Catarina também possui um diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, como assinalado pela literatura especializada em relação aos dados agregados do país.

Na indústria de transformação, onde 70% dos empregados recebem entre 1 e 3 salários mínimos, o maior percentual nesta faixa é de homens, que representam 39,5% do total da mão-de-obra, com as mulheres vindo logo em seguida com 30,8% de participação. Os demais trabalhadores desse setor estão distribuídos nas faixas salariais entre 3 e 10 salários. As mulheres já se concentram majoritariamente na faixa de rendimentos entre 1 a 3 SM, com 85,6% delas empregadas nesta faixa salarial. O baixo nível de escolaridade deste setor se reflete também na baixa remuneração, uma vez que apenas 9,9% dos empregados formais deste setor ganham acima de 5 salários mínimos mensais.

O setor de construção civil tem 75,1% de seus empregados ganhando entre 1 e 3 salários, que representa um montante de 37,5 mil trabalhadores. Entre estes, a distribuição por sexo parece bem homogênea: 75% dos homens e 72,6% das mulheres se encontram neste patamar de remuneração. O diferencial de qualificação apontado acima não parece se refletir aqui em grandes diferenças salariais. Enquanto 6,2% dos homens ganham acima de 5 SM, 8,5% das mulheres ganham salários também mais elevados (acima de 5 salários mínimos), reforçando o argumento anterior de que neste setor o diferencial da escolaridade é mais expressivo, especialmente na faixa do ensino superior.

O comércio e os serviços seguem a mesma tendência de baixos salários, com a maior parte de seus trabalhadores ganhando entre 1 e 3 salários mínimos. No comércio, 75,5% dos homens recebem esta faixa salarial, enquanto o percentual das mulheres nesta faixa salarial é 83,6%. Praticamente 20% dos demais trabalhadores masculinos ganham entre 3 e 5 SM, e apenas 9% das mulheres, aqui mais qualificadas, absorvem este rendimento. Nos serviços o diferencial de salários se revela um pouco menor, com 61,8% dos homens e 69% das mulheres recebendo entre 1 e 3 SM. Nas faixas mais altas de remuneração a diferença é baixa, mas existente, com 15,8% dos homens ganhando acima de 5 SM, e apenas 10,8% das mulheres recebendo remuneração neste patamar.

A administração pública possui uma homogeneidade maior em sua distribuição salarial, de forma que os PFT se distribuem da seguinte maneira: 24,3% de mulheres ganhando entre 1 e 3 SM; 14,85% de mulheres ganhando entre 3 e 5 SM, e 12% de mulheres recebendo entre 5 e 10 SM (os mais expressivos). Porém, na quantificação por diferencial de sexo, aparece um cenário mais acentuado: em um setor de maioria feminina e bem qualificada, poucos homens absorvem as maiores faixas de remuneração. Nas faixas entre 5 e 10 salários, estão ocupados 27% dos homens, contra 20% das mulheres, e acima de 10 salários, se distribuem 16% dos homens contra 7% das mulheres.

Nos serviços industriais de utilidade pública, com o maior percentual de homens empregados e uma grande parte de pessoas bem escolarizadas, não seria de se esperar outro movimento a não ser de o setor ser dominado por uma maioria de homens recebendo melhores salários. Do total de 14,4 mil empregados do setor quase 30% são homens com salários superiores a 10 mínimos e mais 30,8% dos homens recebendo entre 3 e 10 SM. Entre as poucas mulheres há uma distribuição também homogênea: 30% delas recebem entre 1 e 3 SM; mais 37% entre 3 e 10 SM; e 29% com salários superiores a 10 mínimos.

O setor extrativo mineral tem 70% dos seus trabalhadores concentrados nos homens com remuneração entre 1 e 5 salários mínimos. Além de terem pequena participação, quase 60% das mulheres neste setor recebem entre 1 e 3 SM. Na agropecuária, onde 82% dos trabalhadores recebem entre 1 e 3 SM, a distribuição por gênero também reflete baixos salários para ambos os sexos. Enquanto 81,8% dos homens recebem esta faixa de remuneração, também 86% das mulheres estão incluídas nesta categoria.

Em síntese, o que se evidencia deste conjunto de informações é que de fato ocorre uma segregação de gênero também no estado de Santa Catarina, onde as mulheres, mesmo com níveis de qualificação iguais ou superiores aos homens, acabam ficando concentradas nas menores faixas de salários. Além disso, outro aspecto que merece ser destacado é o fato

de que, à medida que os salários tornam-se maiores dentro de cada setor, maiores são os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres. Já o oposto ocorre em setores cuja remuneração média se situa em um patamar baixo (extrativo mineral e a agropecuária), ou seja, nestes casos a segregação de rendimentos entre os sexos é bem pequena.

Finalmente, pode-se destacar que a dinâmica do mercado formal de trabalho em Santa Catarina acima retratada permite afirmar que as mudanças observadas no contexto geral de transformação das relações de trabalho - salários rebaixados, aumento das exigências quanto à escolaridade do trabalhador e segregação por gênero que atinge as mulheres em diversos setores da economia – também fazem parte do universo do trabalho feminino catarinense.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível o impacto que as mudanças econômicas e políticas das últimas décadas tiveram sobre a composição do mercado de trabalho brasileiro e catarinense. A reestruturação produtiva em conjunto com as alterações na ordem econômica originaram movimentos de flexibilização e recomposição da força de trabalho, a qual buscou se adaptar a um mercado mais exigente e competitivo.

Concomitantemente, uma revolução cultural provocou alterações nas estruturas familiares de modo que o homem veio perdendo seu papel de provedor individual da renda familiar. Nesse contexto de dificuldades econômicas e mudanças estruturais na família, a mulher está tendo uma participação crescente no mercado de trabalho, paralelamente a manutenção de sua jornada de trabalho doméstica.

Especificamente em relação à Santa Catarina, observou-se que a participação da mulher vem crescendo ano a ano no mercado formal, em particular nos setores de comércio, serviços, administração pública e na própria indústria de transformação. O crescimento das ocupações formais a partir de 1999 foi mais intenso no caso do emprego feminino, todavia sem deixar de ser registrado maior desemprego entre as mulheres no período analisado.

O cruzamento das informações revelou que, apesar do aumento da participação, as ocupações femininas não foram acompanhadas de iguais condições de remuneração e de qualificação, comparativamente aos homens. Mesmo em setores em que a mulher tem participação expressiva e alto nível de qualificação (administração pública, por exemplo), os cargos de maior remuneração tendem a ser distribuídos para os homens. Isso indica que a mulher ainda apresenta dificuldades de atingir cargos elevados na hierarquia funcional das empresas, e, em consequência, obter salários maiores.

Apesar das políticas públicas desenvolvidas em direção à igualdade de gênero na sociedade, em particular no mercado de trabalho, muito há de ser estudado e trabalhado em direção ao desenvolvimento de um ambiente favorável ao trabalho feminino. Apesar da forte contribuição que suas ocupações têm trazido para a economia, as mulheres ainda enfrentam discriminações no mercado de trabalho, tanto pelo diferencial de rendimentos como pela dificuldade de acesso a cargos de chefia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Scritta, 1997.
- BALTAR, Paulo; KREIN, José; MORETTO, Amílton. O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho**. Campinas: CESIT. UNICAMP, n. 3, jan./abr. 2006.
- _____. Setor informal e informalidade no Brasil. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 234, p. 18-23, jan./fev. 2007.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

DIEESE –SC. **A mulher trabalhadora catarinense**. Florianópolis, dez. 2007.

GALEAZZI, Irene. Mulheres trabalhadoras. **Revista Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: Publicações FEE, v.1, 2001.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para empresa e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD: 2004. Rio de Janeiro, 2005.

LINS, Hoyêdo e MATTEI, Lauro. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Texto para discussão, Departamento de Economia. Florianópolis, n. 8, 2001.

MATTOSO, Jorge. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

MELO, Hildete P. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base Estatística*: Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: 1991-2005. CD-ROM.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

PROBST, Elisiane R. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

RAMOS, Lauro. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. **Texto para discussão IPEA**. Rio de Janeiro, n. 1255, jan. 2007.

REVISTA DO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Panorama do trabalho precário. São Paulo: Primeiro Plano, n. 10, maio 2006.

TEIXEIRA, Zuleide. As mulheres e o mercado de trabalho. 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_daba.html#login>. Acesso em: 10 fev. 2008.